

Dívida e novas perspectivas

O PRESIDENTE Ronald Reagan, com as artes de comunicador que ninguém lhe nega, surpreendeu na segunda-feira a platéia seleta de Embaixadores de países latino-americanos: surpreendeu pela originalidade da sugestão apresentada para encaminhamento do problema da dívida; e mais ainda, talvez, pelo papel de protagonista da sugestão, que decidiu assumir.

A ORIGINALIDADE da sugestão não reside tanto na habilidosa articulação da conversão de parte dos créditos vencidos em investimentos de capital, com um processo interno, nos diversos países, de desestatização da economia: era o que se podia esperar de um inabalável defensor da abertura dos mercados e inimigo votado de monopólios e reservas. Ela está numa proposta de "capitalismo popular", à Margaret Thatcher: o investimento resultante da conversão seria dirigido à multiplicação de investidores privados e de empresários — funcionários e trabalhadores das empresas recém-privatizadas, que se tornariam seus proprietários e administradores.

JÁ QUANTO ao novo papel do Presidente norte-americano, ele importaria numa nova atitude e numa nova política: estariam diante de um deslocamento do problema da dívida, do mundo estritamente financeiro para um círculo bem mais amplo da política — e política continental

—, com o antes ausente Ronald Reagan a liderá-la.

SERIA ingênuo imaginar que mudanças tão surpreendentes não tivessem interesses políticos a aconselhá-las e não se inserissem numa estratégia de recompor lealdades e alinhamentos. Sobre tudo quando se noticia que elas derivam de relatório encomendado ao ex-Embaixador americano na Organização dos Estados Americanos (OEA) William Mittendorf e que seu alvo imediato seria a América Central e o Caribe.

MESMO assim, elas põem à mostra alguns indicadores. E são estes que merecem a atenção dos responsáveis pela área externa da política econômico-financeira do Brasil.

UM PRIMEIRO indicador: se a renegociação da dívida externa brasileira promete ser árdua e prolongada, as opções para a saída não são tão limitadas como se supõe. O que a renegociação implicará será mais engenho, mais competência e mais ousadia. Quebra-se o falso dilema que se transformou em estribilho político de uns e outros, aqui no Brasil: ou a aquiescência covarde à recessão e à desnacionalização real da economia, ou o confronto, levando à exacerbação a via iniciada com a moratória de fevereiro.

UM SEGUNDO: a proposta da conversão de parte da dívi-

da em investimento pode e deve ser explorada para além dos moldes do Plano Baker. Porque, se ela é de interesse dos credores, empenhados enquanto podem em salvar-se de perdas, é também de interesse dos devedores: quanto mais aumentar a depreciação dos títulos da dívida, mais aumentarão as dificuldades de sua renegociação.

ÚLTIMO indicador, e nada desprezível: a exemplo de Reagan, os governos podem se revelar menos obstinados e mais flexíveis; e terão certamente os instrumentos políticos para incutir mais flexibilidade aos bancos e organismos financeiros multilaterais.

A RECUSA de qualquer interferência externa na condução da economia brasileira, condução que é prerrogativa do Estado soberano, jamais pode ser levada até à desconsideração das mudanças que se processam no quadro internacional. Como o mundo contemporâneo tende a superar economias determinadas à reclusão — e aí está o exemplo da China, a resgatar sua economia do dogmatismo ideológico —, abster-se de avaliar as modificações que se processam e sobretudo negá-las, antes de sequer examiná-las, não será jamais preito à soberania nacional. Será apenas evidência de uma rigidez paralisante, ou de uma contumácia irresponsável.